



## **Perfil Socioeconômico do Município de São Carlos/SC**

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

---

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.

Perfil Socioeconômico do Município de São Carlos/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

35 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Costa, Nilson Luiz. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



**Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eugenio Poltronieri (Presidente)  
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)  
Giovana Giacomolli  
Sérgio Luiz Triches  
Gustavo Pereira Fortes  
Valéria Maria Zanatta Senger  
Jocler Moresco  
Walmor Liberalesso  
Leocácio Gallo Paloschi  
Willian Jeferson Bez

**CONSELHO FISCAL**

Carlos Alberto Pinheiro  
Ernilo Arteli Grellmann  
Sergio Roberto Basso  
Ronaldo Lima dos Santos  
Tiago Gadonski  
Valdomiro Tomazoni

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Márcio Girardi (Diretor Executivo)  
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)  
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

**GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)  
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)  
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



**Universidade Federal de Santa Maria**

**REITORIA**

Paulo Afonso Burmann (Reitor)  
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

**Campus de Palmeira das Missões**

Rafael Lazzari (Diretor)  
Adriano Lago (Vice-Diretor)

**Campus de Frederico Westphalen**

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)  
Igor Senger (Vice-Diretor)

**Centro de Ciências Rurais (CCR)**

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)  
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em  
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)  
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA  
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)  
Manoel Renato Teles Badke (Diretor  
Financeiro)  
Jeferson de Souza Flores (Diretor  
Administrativo)

**EXECUÇÃO DA PESQUISA**

**Núcleo de Pesquisas em Economia do  
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)  
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)  
Enio Giotto (Pesquisador)  
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)  
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)  
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068  
Convênio UFSM/FATEC

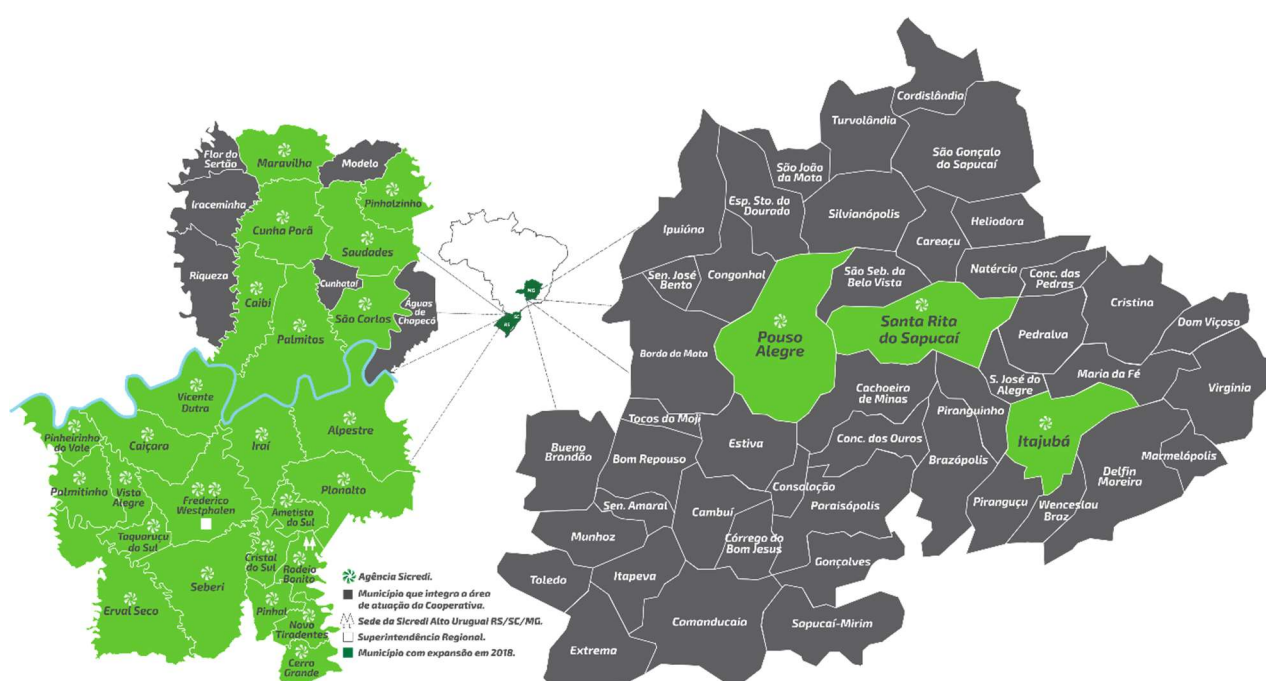
## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS</b> .....	7
2.1. Caracterização demográfica .....	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de São Carlos.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial .....	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho .....	11
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária .....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento .....	22
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	22
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil .....	24
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	25
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal .....	26
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	28
<b>3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL</b> .....	30
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	35

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

**Figura 1.** Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **São Carlos/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

## 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Segundo informações da Prefeitura Municipal de São Carlos/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina, distante 594 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Cunhataí e Saudades, com o estado do Rio Grande do Sul, Águas de Chapecó e Cunhataí, e Palmitos, ao Norte, Sul, Leste e Oeste, respectivamente.

Segundo a resolução nº 10 de outubro de 1953, o município de São Carlos foi criado, sendo instalado em 21 de fevereiro 1954, desmembrando-se de Chapecó, com 159 Km quadrados.

O município possui clima mesotérmico e está a uma altitude média de 260 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°05'00" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°01'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

### 2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu com quatro colonos vindos do Vale do Taquari – RS no ano de 1927. O deslocamento desses gaúchos deu-se motivado pelas terras férteis ofertadas pela Companhia Territorial Sul Brasil.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 11.281 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 10.291 habitantes (Tabela 1).

**Tabela 1.** População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	3.382	65%	3.520	69%	6.902	67%
Rural	1.789	35%	1.600	31%	3.389	33%
<b>Total</b>	<b>5.171</b>	<b>100%</b>	<b>5.120</b>	<b>100%</b>	<b>10.291</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, 67% da população de São Carlos vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 19% tem até 14 anos, 26% de 15 a 29 anos, 42% de 30 a 59 anos e 13% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

**Tabela 2.** População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	1.017	19,67	956	18,67	1.973	19
15-29 anos	1.309	25,31	1.300	25,39	2.609	26
30-59 anos	2.244	43,39	2.108	41,17	4.352	42
60 ou mais	601	11,62	756	14,77	1.357	13
<b>Totais</b>	<b>5.171</b>	<b>100,00</b>	<b>5.120</b>	<b>100,00</b>	<b>10.291</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

## 2.2. Apresentação e análise da economia do Município de São Carlos

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real<sup>1</sup>), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia<sup>2</sup>, o PIB real *per capita*<sup>3</sup>, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

<sup>1</sup> De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

<sup>2</sup> De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

<sup>3</sup> Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

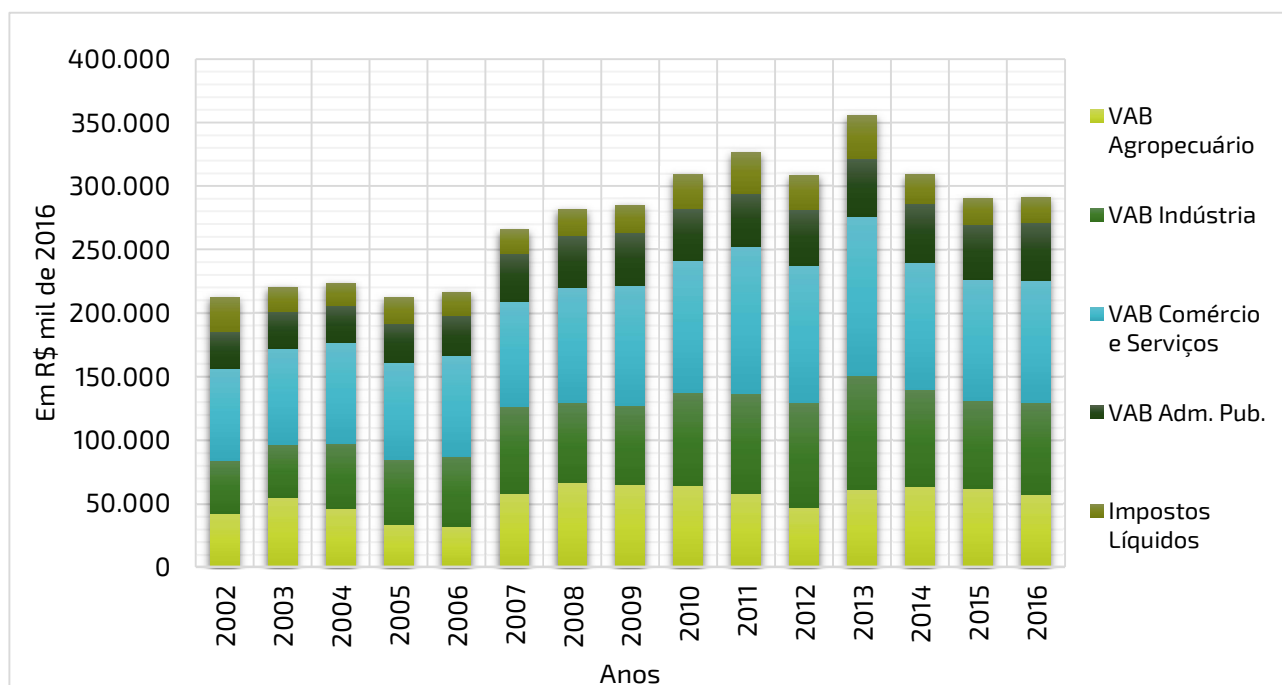


### 2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 212,33 milhões para R\$ 291,35 milhões, tendo alcançado R\$ 355,36 milhões em 2013.

Os principais setores de atividade econômica de São Carlos, em 2016, foram: comércio e serviços (VAB equivalente R\$ 95,9 milhões), indústria (VAB equivalente R\$ 72,6 milhões), agropecuária (VAB equivalente R\$ 57,3 milhões) e administração pública (VAB equivalente R\$ 45,5 milhões), conforme é possível observar na Figura 2.

**Figura 2.** Evolução do valor agregado bruto real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

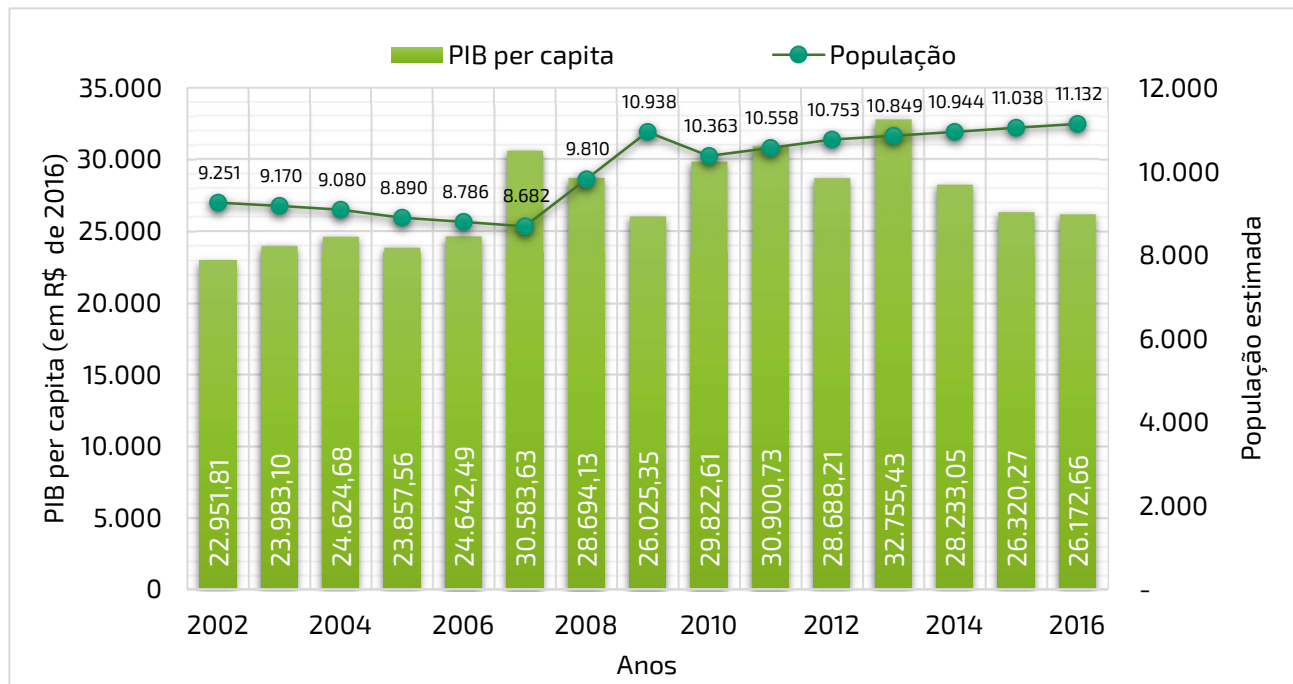


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Portanto, o setor de comércio e serviços e o industrial se constituíram como os segmentos com maior capacidade de geração de riquezas, com um VAB médio no período de 2002 a 2016 de R\$ 93,043 milhões e R\$ 65,156 milhões respectivamente. Na sequência tem-se a agropecuária e o setor público com R\$ 53,972 milhões e R\$ 38,544 milhões respectivamente para o mesmo período.

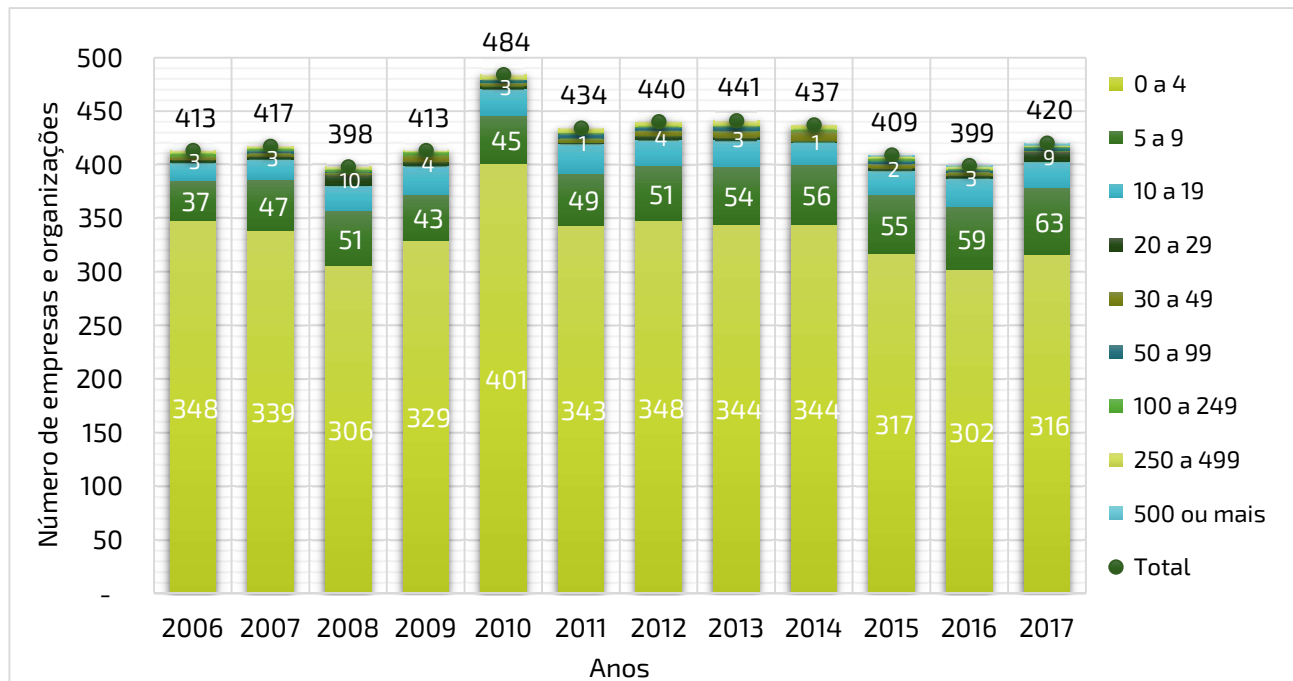
Observou-se que entre 2001 e 2016 um crescimento populacional de 19,32%, de 9.251 para 11.038 habitantes em 2016. Neste período analisado, o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 22.951,81 para R\$ 26.172,66, conforme pode ser observado na Figura 3.

**Figura 3.** Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 4.** Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



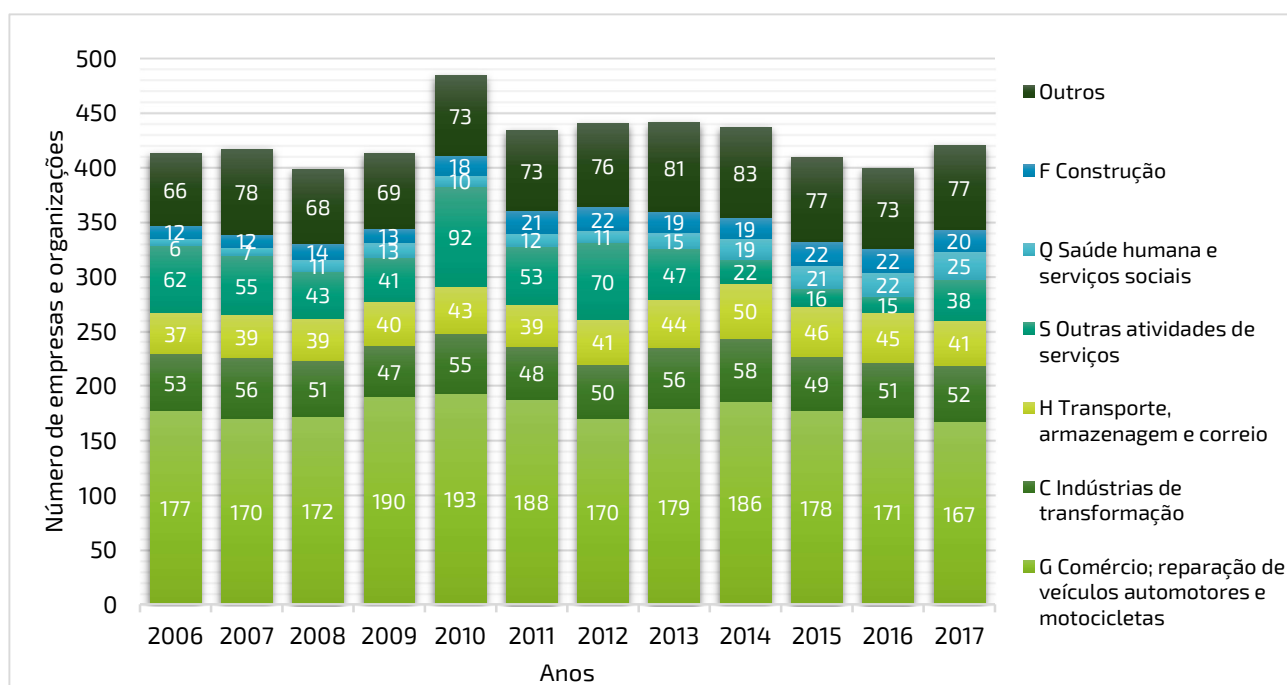
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 pessoas e juntas representam de 75%

a 85% das empresas e organizações do município. Em 2017, 104 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 63 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (167, equivalente a 39,76% do total em 2017). Destaca-se o aumento no número de empresas e organizações na área de saúde humana e serviço social, apresentou crescimento de 316,67%, de 6 para 25 no período analisado, conforme é possível observar na Figura 5.

**Figura 5.** Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No global, entre 2006 e 2017 o número de empresas oscilou de 413 para 420, mas chegou a 398 em 2008 e 484 em 2010.

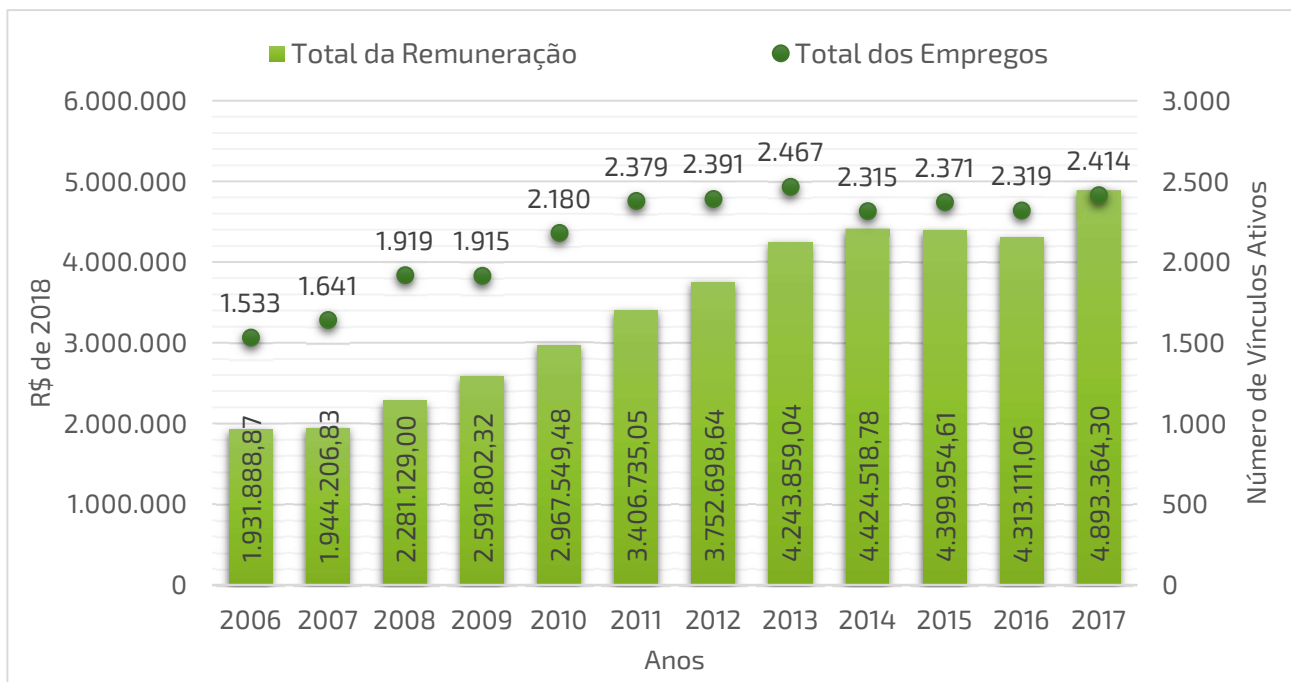
### 2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos:

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 1.533 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1,931 milhão/mês em 2006 para 2.414 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 4,893 milhões/mês em 2017.

**Figura 6.** Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

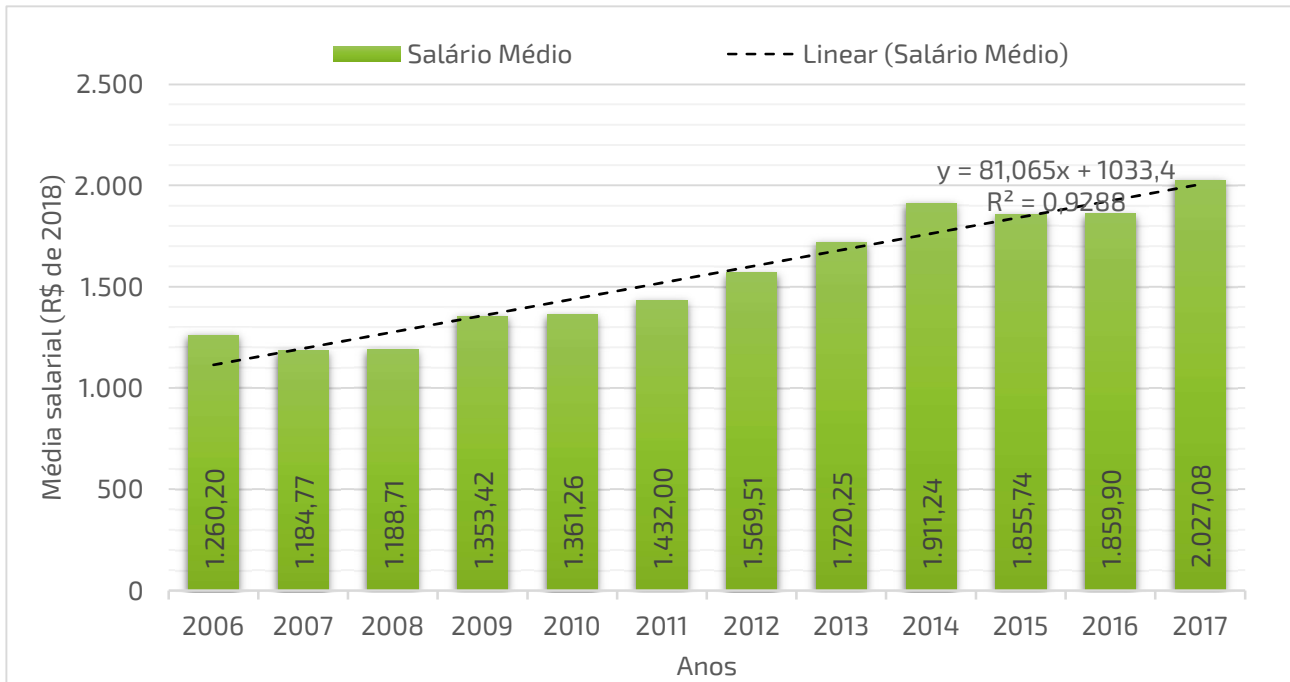


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.260,20 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.027,08 em 2017.

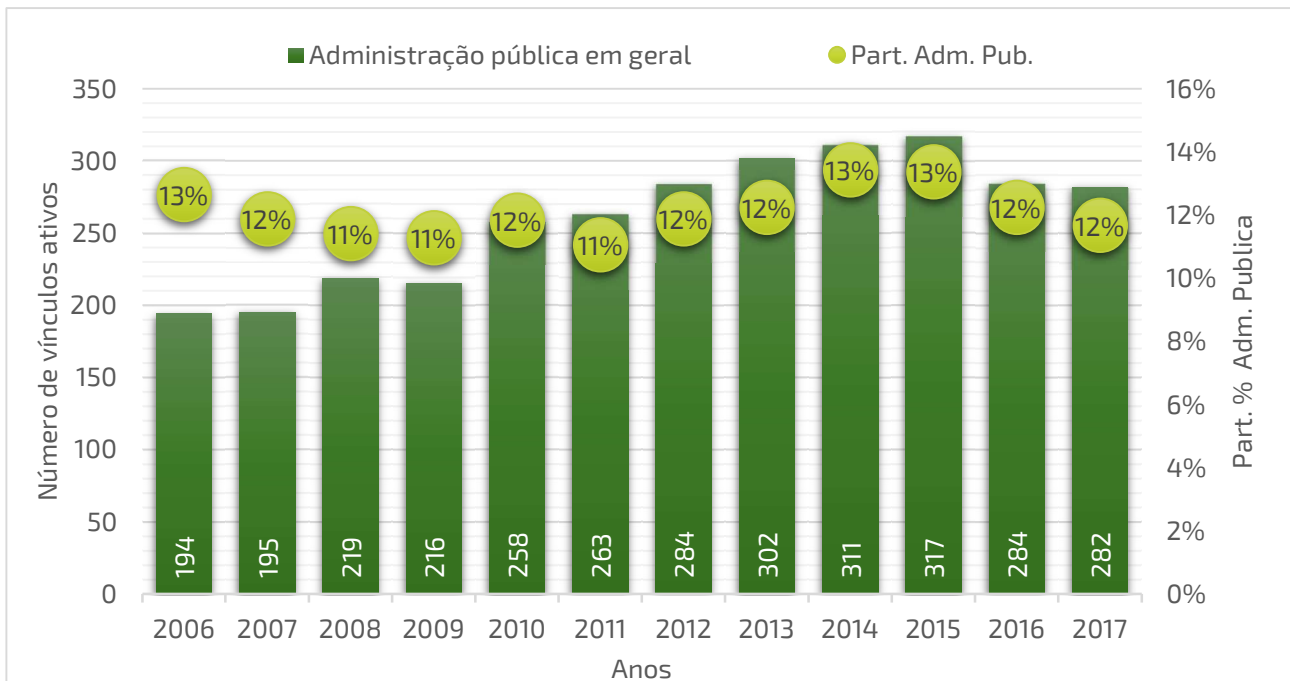
O aumento nos salários médios, em termos reais, foi de 60,85% ao longo do período analisado e a reta "Salário Médio" da Figura 7 mostra uma clara tendência de crescimento desta variável, apesar de uma relativa estabilização entre os anos de 2014 e 2017.

**Figura 7.** Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

**Figura 8.** Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



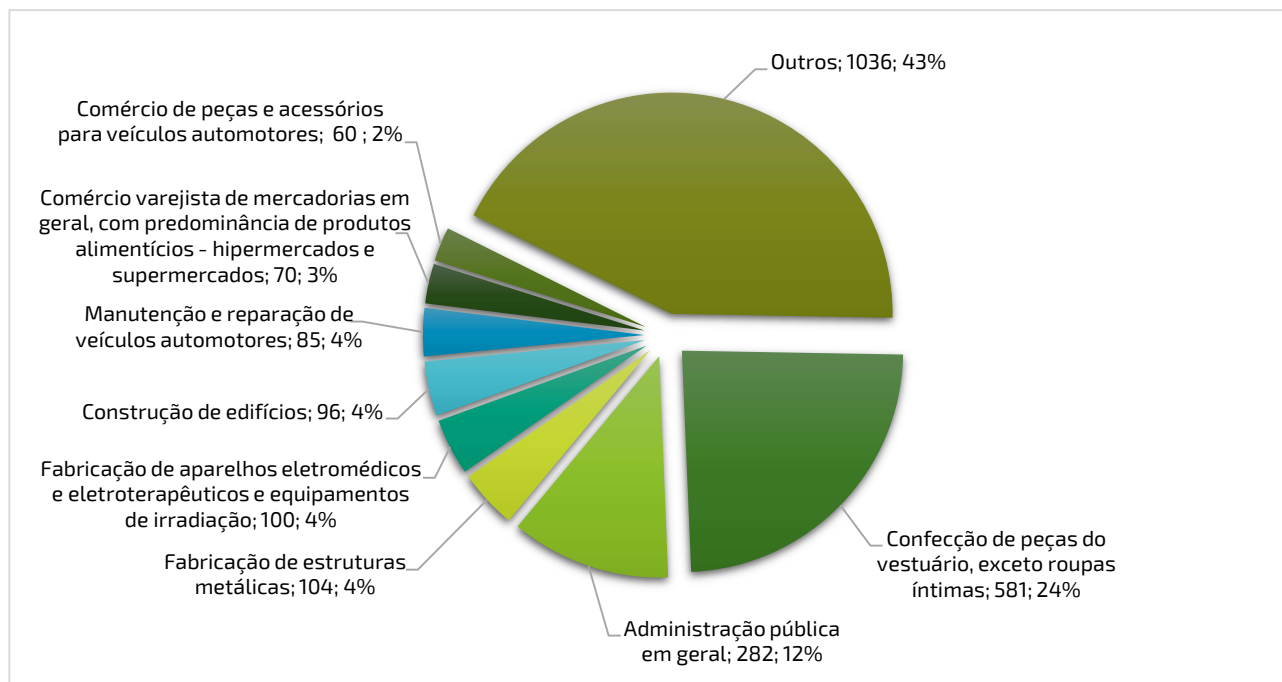
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 é possível observar a participação relativa dos empregos vinculados ao serviço público (educação pública, saúde pública, segurança pública, administração

pública, entre outros). Neste contexto, observa-se que o estado, em suas três esferas e poderes, empregou 13% da mão-de-obra formal em 2006 e 12% em 2017. Em termos absolutos, o número de empregos oscilou de 302 para 317 neste período.

Por outro lado, o setor privado passou de 1.339 para 2.132.165 para 2.054 postos de trabalho de 2013 a 2015.

**Figura 9.** Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de estratificar o mercado de trabalho, segundo as diversas áreas de atividade econômica no município, apresenta-se a Figura 9.

Nesta, observa-se que cerca de 24% dos postos de trabalho estão vinculados a Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas<sup>4</sup>, 12% estão na administração pública, 4% na fabricação de estruturas metálicas, 4% na fabricação de aparelhos eletrodomésticos, 4% na construção de edifícios, entre os demais destacados na Figura 9.

<sup>4</sup> Código CNAE 84.11-6

### 2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 89,51% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 18 hectares) e concentram 73,60% da área. Observa-se ainda que 9,80% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (18 a 36 hectares) e ocupam 23,13% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,86% das propriedades rurais tem até 54 hectares e ocupam 99,1% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

**Tabela 3.** Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1306	10.616,11	89,51	73,60
1-2	143	3.335,82	9,80	23,13
2-3	8	342,12	0,55	2,37
3-4	2	130,64	0,14	0,91
4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	<b>1306</b>	<b>14.424,69</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

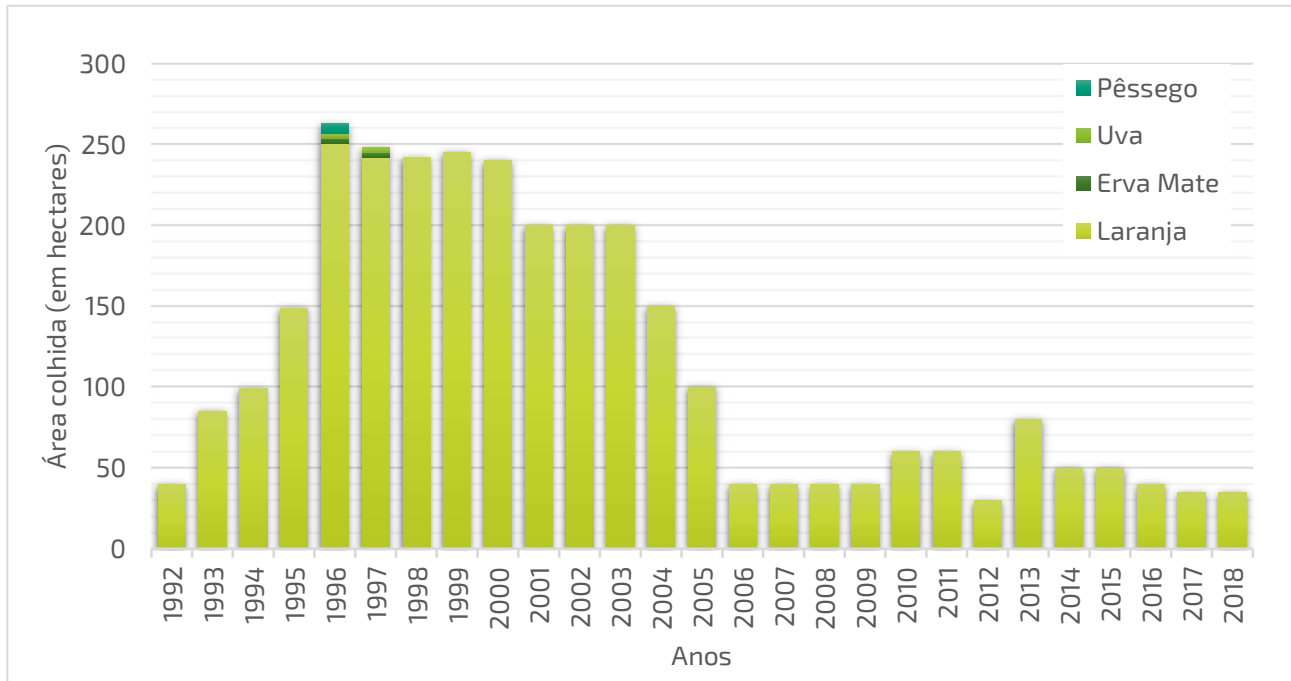
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 92 hectares para lavouras perenes e 3.994 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 40 para 35 hectares no período 1992 – 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária alcançaram uma área plantada de 263 hectares em 1996, 248 hectares em 1997, sendo que a área colhida foi sendo reduzida paulatinamente nos subsequentes.

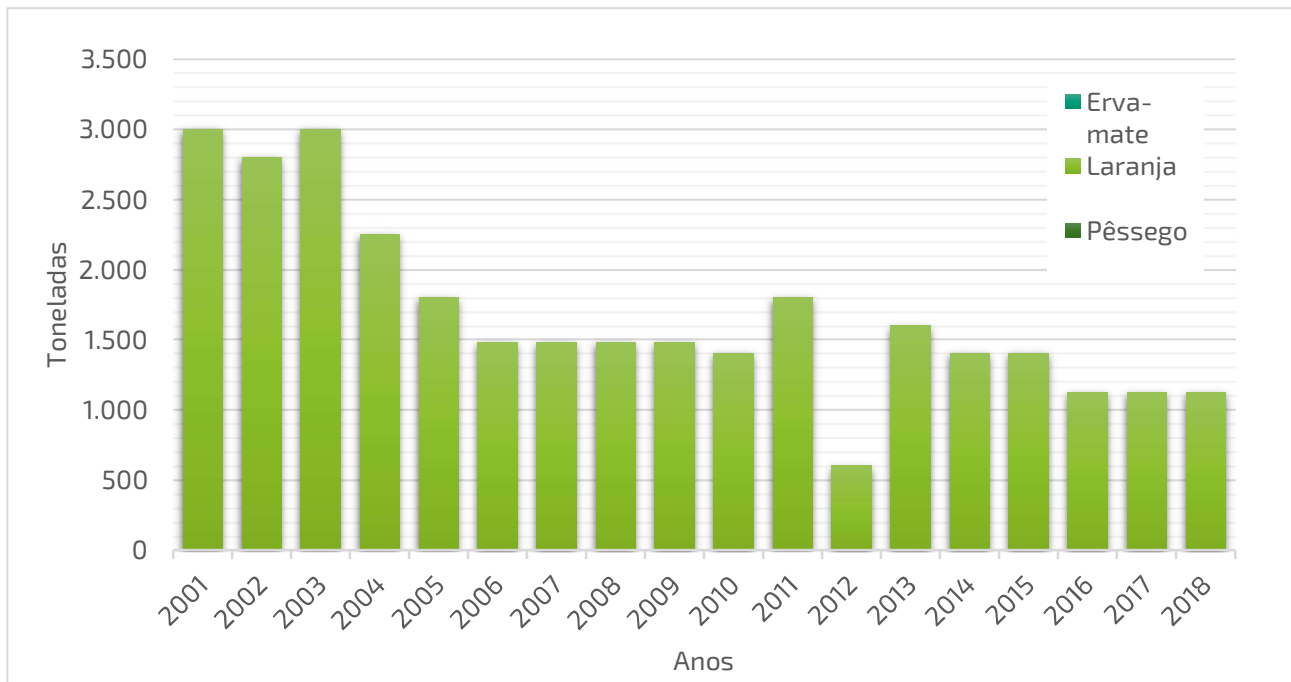
Nas lavouras perenes observa-se a relevância da cultura da laranja, com área de 35 hectares em 2018, sendo que no ano de 196 chegou a uma área de 251 hectares ( Figura 10).

**Figura 10.** Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1992 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 11.** Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018



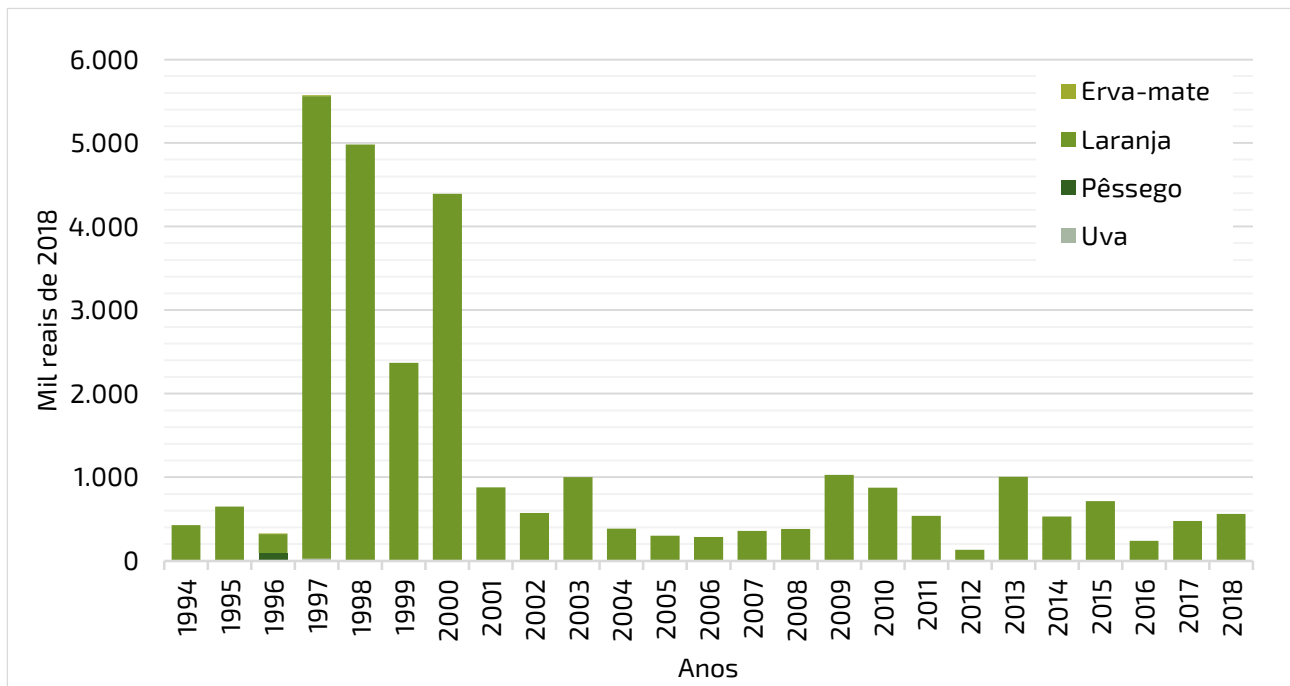
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).



Na Figura 11 observa-se a redução da produção, principalmente com a forte queda da área de laranja, de 3 mil toneladas para 1,1 mil entre os anos de 2001 e 2018.

Considerando o valor monetário da produção, Figura 12, podemos observar que o ano de melhor desempenho foi 1997, quando o valor comercializado chegou a R\$ 3, milhões<sup>5</sup>.

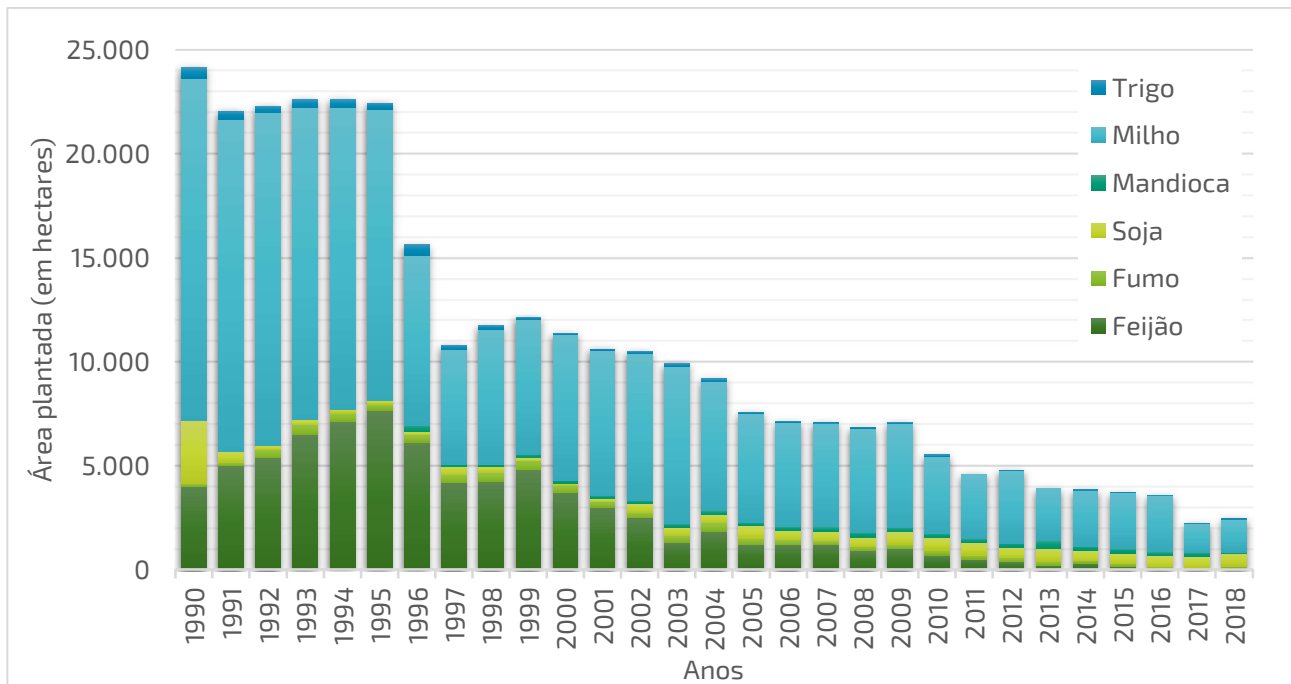
**Figura 12.** Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



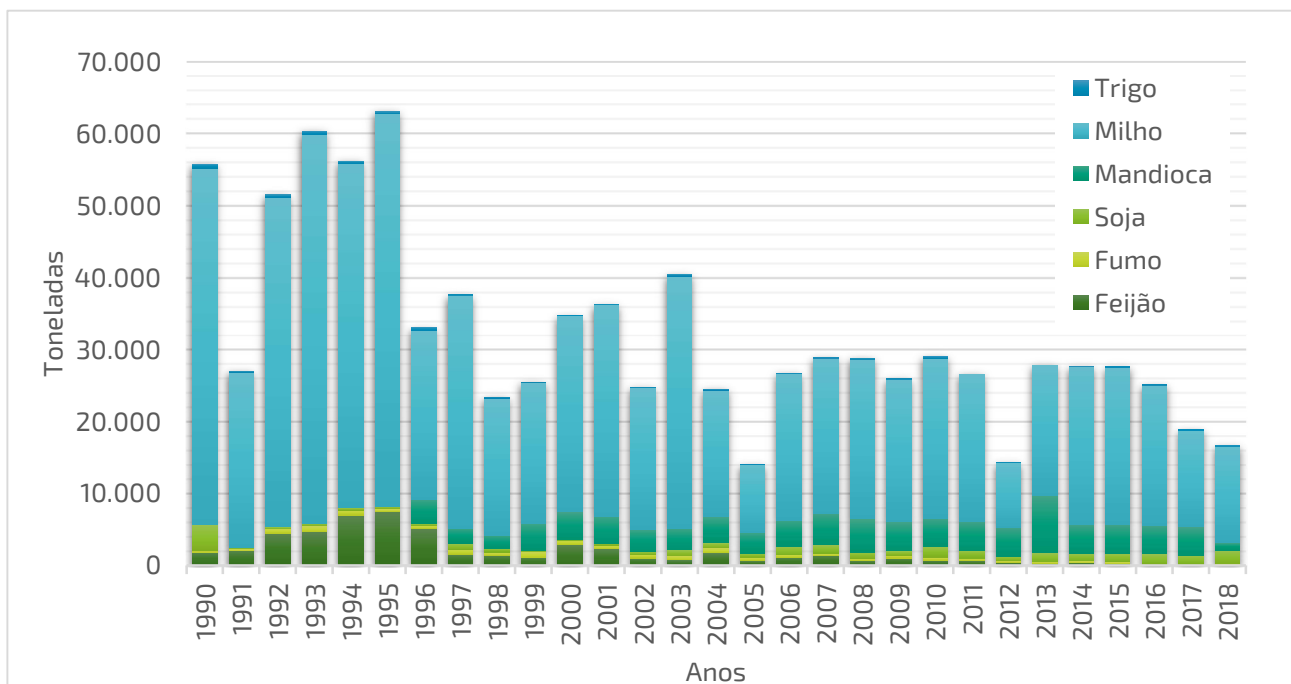
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que a área plantada vem sendo reduzida paulatinamente de 1990 a 2018. Neste contexto, a maior redução ocorreu nas áreas de milho, que passaram de 16,5 mil hectares em 1990 para 1,6 mil hectares em 2018. A cultura do feijão também foi reduzida, de 4 mil hectares para 110 hectares no mesmo período.

<sup>5</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

**Figura 13.** Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 14.** Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

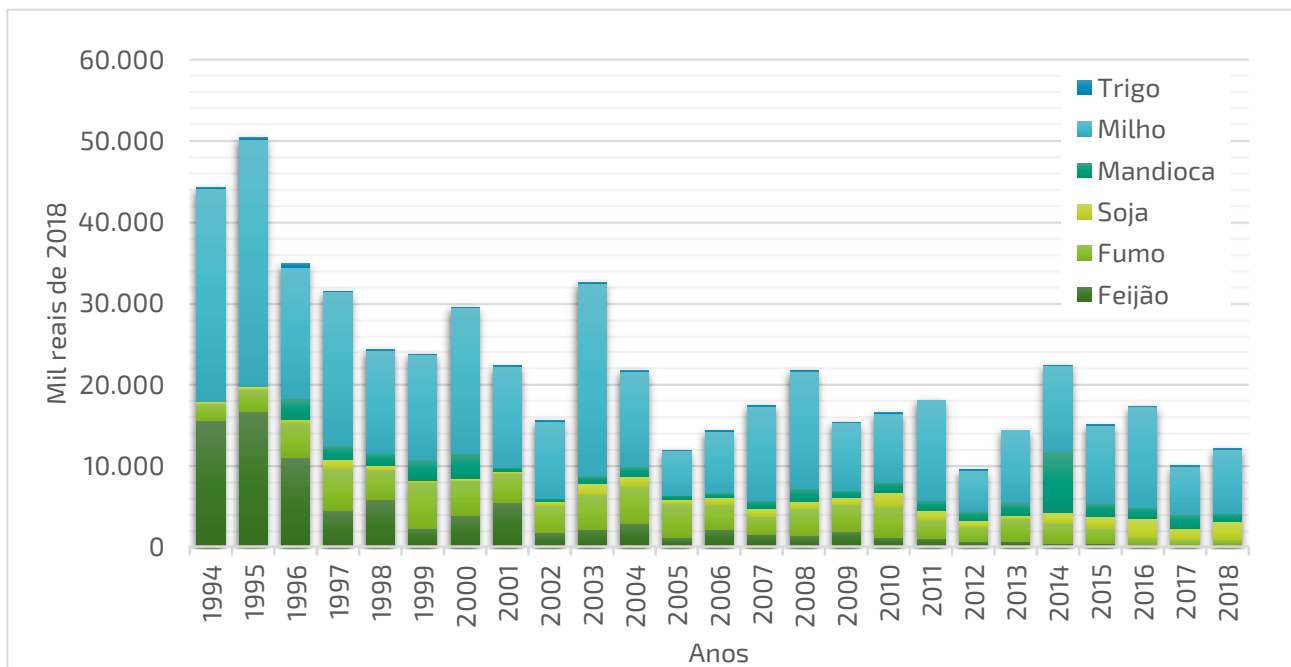
Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. É possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que variou

de 49,5 mil a 13,44 mil toneladas) e de feijão (1,86 mil a 156 toneladas) no período de 1990 a 2018 (Figura 14). Observando a queda na área plantada das culturas temporárias, inevitavelmente teríamos a queda na quantidade produzida dessas culturas. Fumo, mandioca, soja e trigo também tiveram redução da quantidade produzida.

Embora a área dessas culturas tenham sido reduzidas, em todas se observou crescimento na produtividade, onde a cultura do feijão teve o maior aumento saindo de 465 kg/hectare em 1990 para 1.418 kg/hectare em 2018<sup>6</sup> que representou 204,99%. O milho foi o segundo maior crescimento da produtividade, 180%.

Em termos reais<sup>6</sup>, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 50 milhões em 1995 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 11 milhões. Neste período, o valor da produção de feijão saiu de R\$ 15,55 milhões para R\$ 196 mil. Por outro lado, a soja teve um aumento de R\$ 258 mil para R\$ 2,2 milhões, mas a principal cultura continua sendo o milho, que oscilou de R\$ 26,2 milhões para R\$ 7,9 milhões.

**Figura 15.** Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



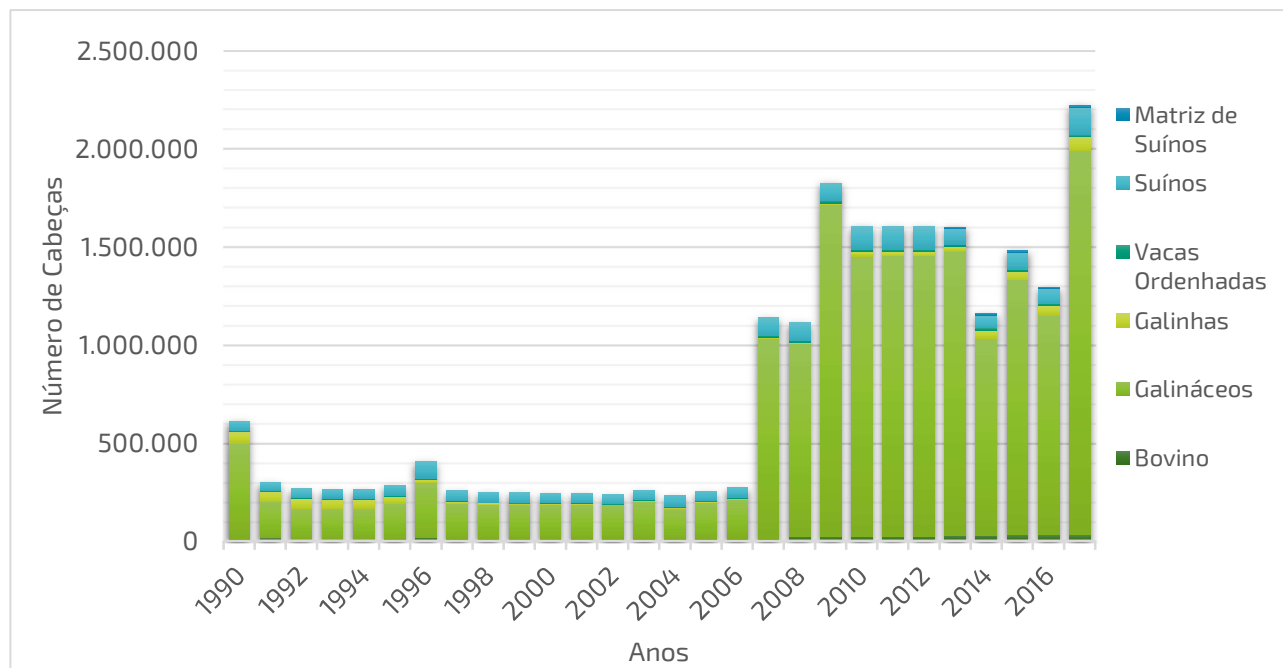
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

<sup>66</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

A cultura do fumo teve uma redução do valor comercializado de 29,96%, embora tenha experimentado uma elevação para R\$ 3,73 milhões em 2008.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência constante de 1990 a 2006, e de elevação a partir de 2007.

**Figura 16.** Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

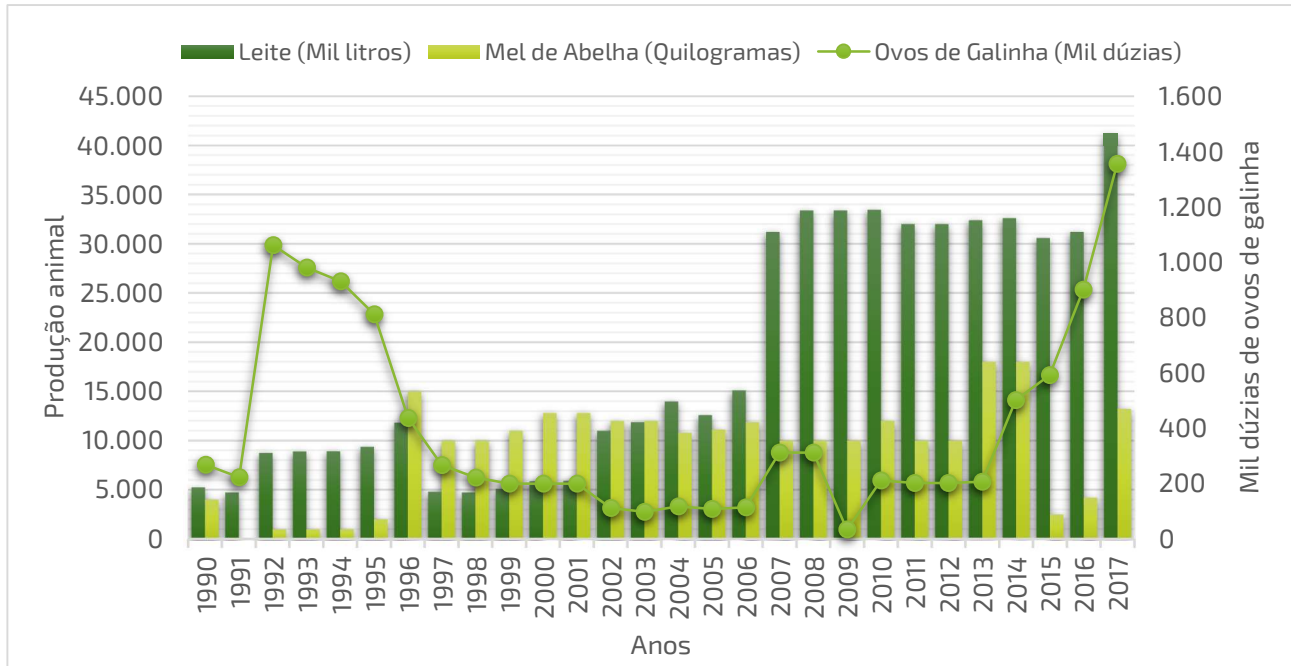
Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos<sup>7</sup> apresentou um acréscimo de 92,38% ao longo do período de 2007 a 2017, passando de 1.019.300 para 1.960.966 cabeças. Já na categoria galinhas<sup>8</sup>, ocorreu um acréscimo de 59.383 para 72.582 cabeças no período de 1990 a 2017. Por sua vez, o número de vacas ordenhadas passou de 3.532 para 7.883 de 1990 a 2017, representando um aumento de 123%, sendo que no biênio de 2013/2014 o número de vacas ordenhadas chegou a 12.000 animais.

<sup>7</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

<sup>8</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

A partir da Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município alcançou 5,251 milhões de litros de leite e uma produtividade de 4,96 litros/vaca/dia ordenhada. Em 2017 a produção foi de 41,17 milhões, com produtividade de 17,41 litros/vaca/dia ordenhada, ficando acima da média do estado, que é de 13,59 litros/vaca/dia<sup>9</sup>.

**Figura 17.** Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel no município foi incrementada a partir de 1990, quando alcança um volume de 4.000 quilos para 13.229 quilos em 2017. Essa produção experimentou uma produção de 18 mil quilos no biênio 2013/2014.

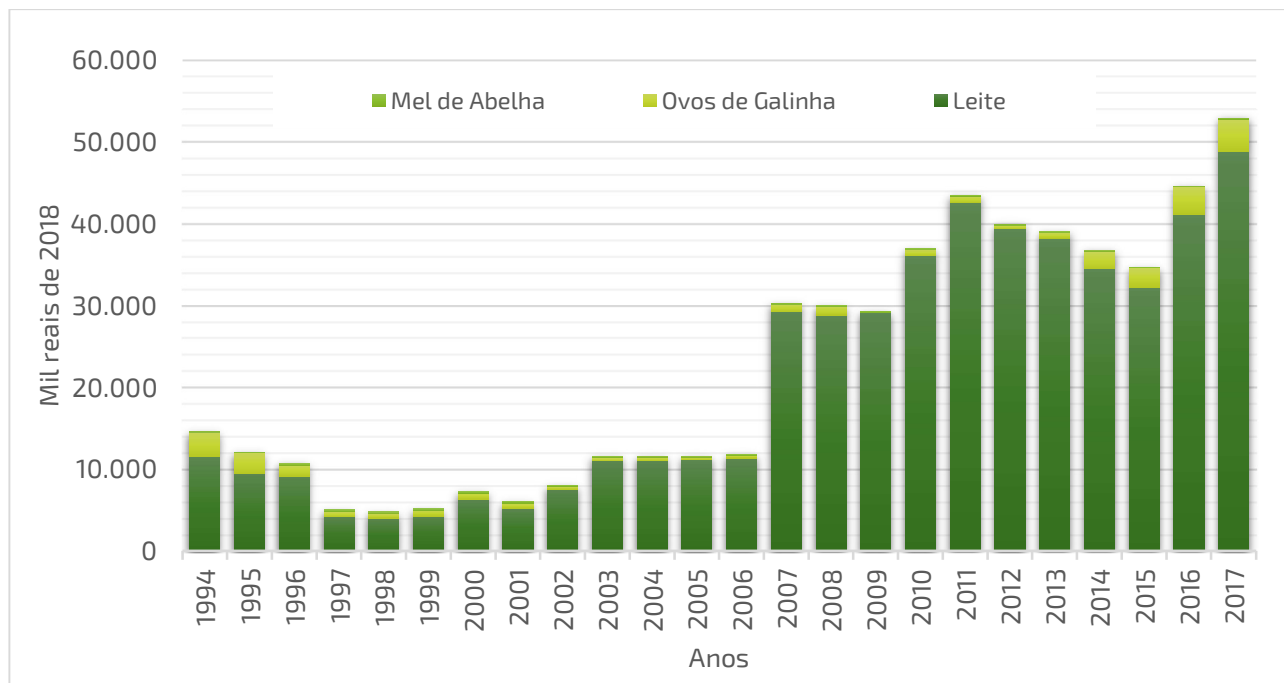
A produção de ovos aumentou, passando de 266 mil dúzias em 1990 para 1.355 mil em 2017.

A produção de leite é a mais significativa entre os produtos analisados, com valor equivalente a R\$ 40,8 milhões e em trajetória de crescimento. Por sua vez, o valor da produção de ovos aumentou de R\$ 3 milhões para R\$ 3,9 milhões entre 1994 e 2017 e, no

<sup>9</sup><https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado>

mesmo período, o valor real da produção de mel passou de R\$ 13 mil para R\$ 178 mil, conforme é possível verificar na Figura 18.

**Figura 18.** Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O valor da produção desses principais produtos de origem animal evoluiu de R\$ 10,596 milhões para R\$ 29,137 milhões entre 1998 e 2017, atestando para a importância do setor agropecuário para o município.

## 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

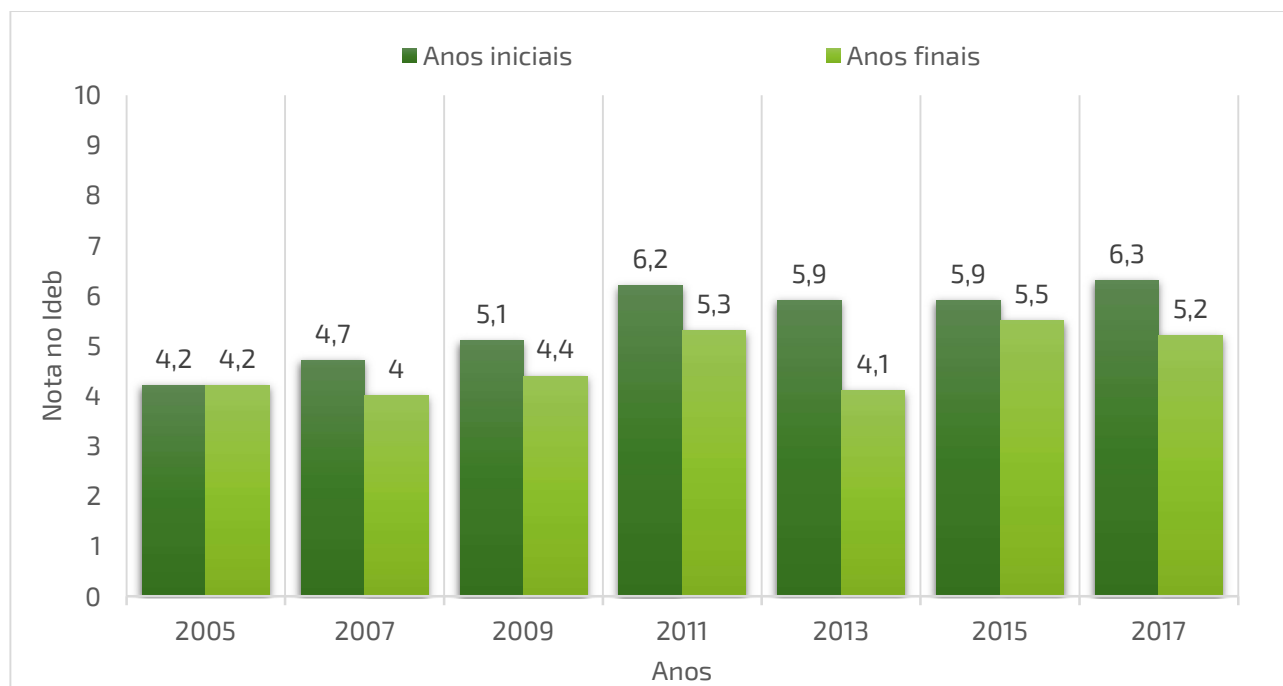
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

### 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 98,9%, representando um bom número, quando comparado com outros

municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 1.046 matrículas no ensino fundamental e 263 no ensino médio. Em 2018, cerca de 75 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 51 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 5 escolas no ensino fundamental e 2 escolas no ensino médio.

**Figura 19.** IDEB das escolas do município de São Carlos/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>10</sup> tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente partindo de 4,2 em 2005 até 2017, momento em que atingiu a nota 6,3.

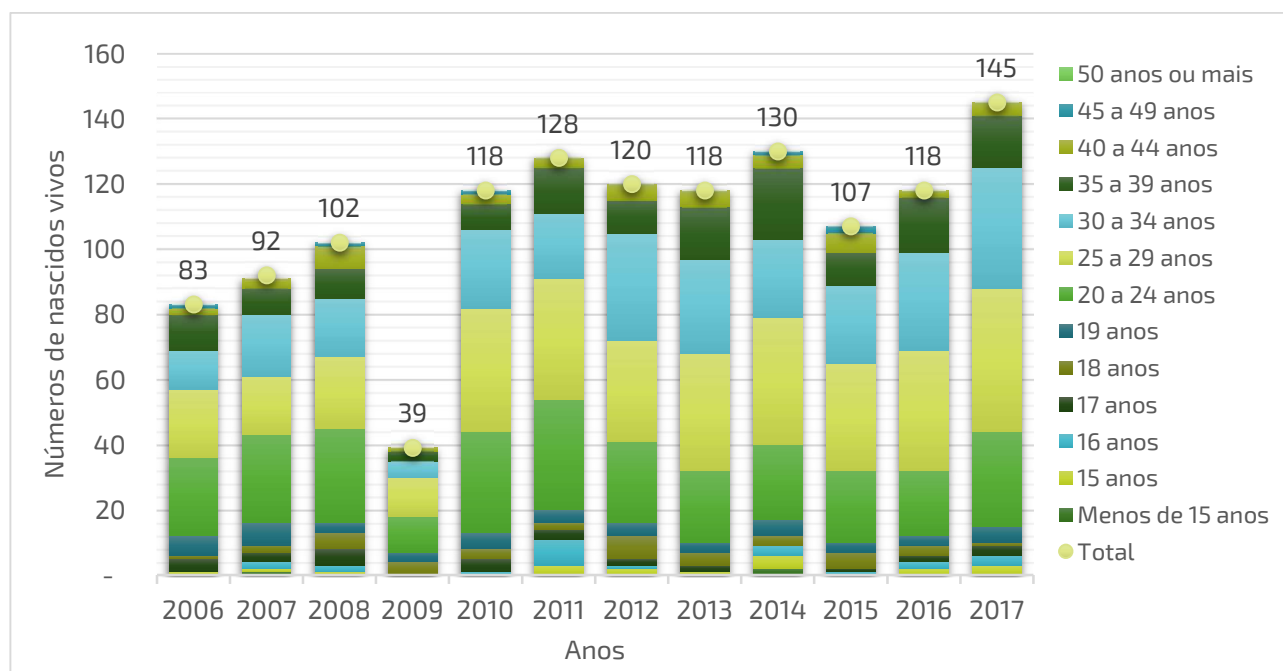
Em relação aos anos finais da educação, também se observa evolução, tendo em vista que em 2005 a nota era de 4,2 passando para 5,2 em 2017.

<sup>10</sup> Este índice varia numa escala de 0 a 10. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

### 2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma tendência de crescimento no número de nascimentos de crianças, partindo de 83 nascidos vivos em 2006 para 145 em 2017.

**Figura 20.** Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em São Carlos/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos, com valores de 297, 368, 275 respectivamente para o período de 2006 a 2017 (Figura 20).

Em 2017 foram registrados 9 partos em mães com menos de 18 anos, entre as quais, 3 com menos de 15 anos. Apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 4 partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não houve registros de mortalidade infantil.



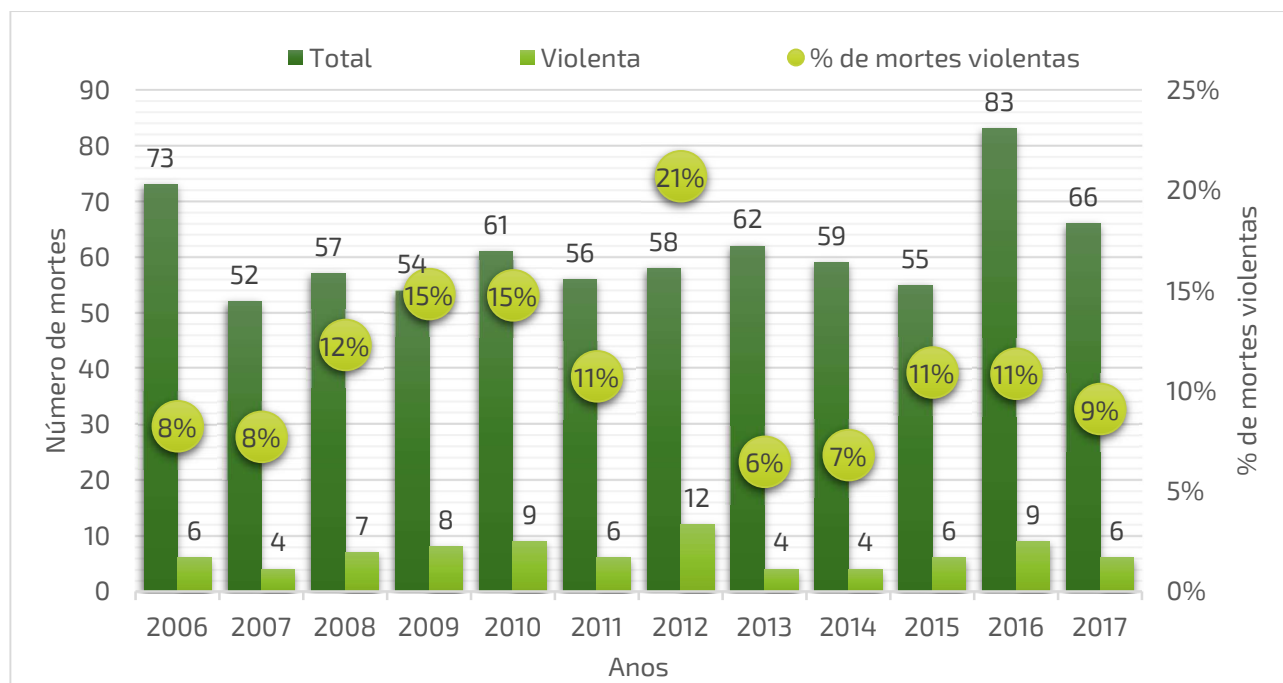
A "taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 6.85 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 9.5 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 165 de 295 e 16 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3756 de 5570 e 286 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

### 2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 8% para 9% entre 2006 e 2017 e em 2012 chegou a alcançar 21%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2007 com 52 mortes, porém 8% destas foram de forma violenta.

**Figura 21.** Óbitos, por natureza, em São Carlos/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O ano de 2012 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 12 de um total de 58, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os

indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 11%. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 739 óbitos, dos quais 64 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 6% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

#### **2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal**

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

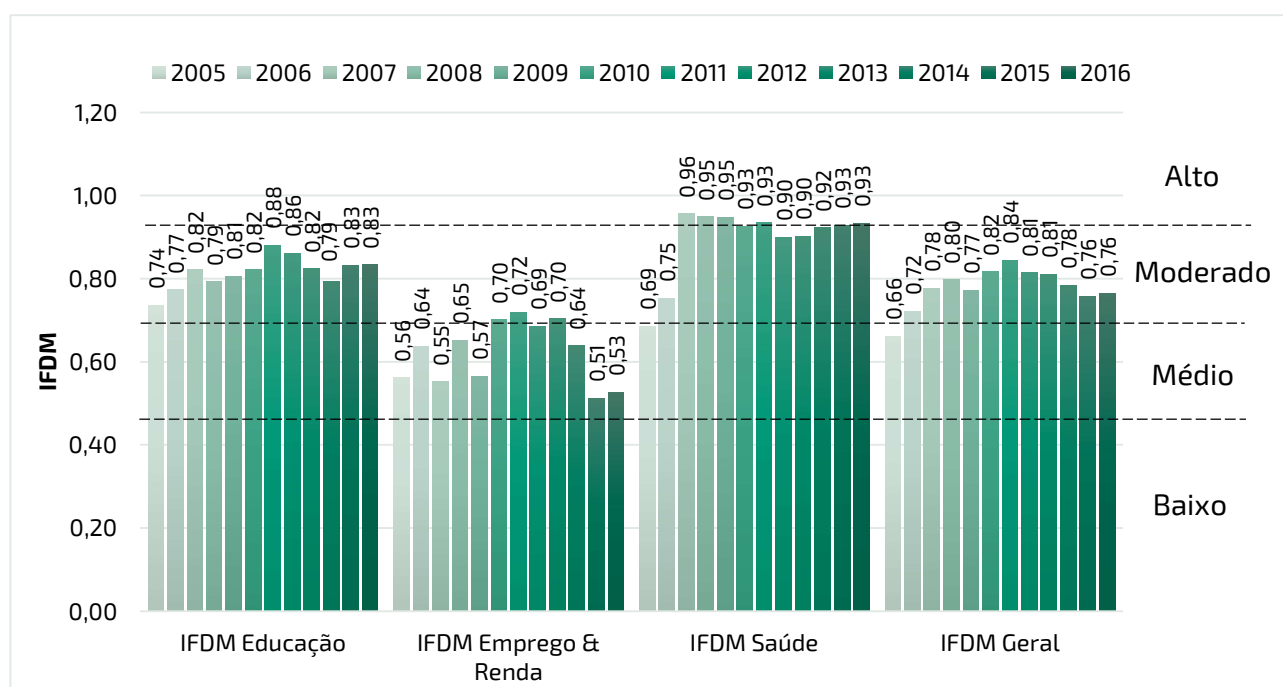
### Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos formais</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016.

**Figura 22.** Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve um crescimento do emprego e renda no ano de 2010 para 2013, voltando a cair em 2014 para 0,64 e 051 e 053 em 2015 e 2016 respectivamente. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

## 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que São Carlos possui "20.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 47.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 22.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 254 de 295, 126 de 295 e 169 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3592 de 5570, 4233 de 5570 e 1681 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 15,89 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 14,42 mil hectares. Destes, 10,05% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 16,72% como Reserva Legal e 75,07% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

**Tabela 4.** Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	15.898,80	
Número de imóveis rurais	1459	
Área total dos imóveis rurais	14.424,69	90,73

Área média:	9,89	
Área mínima/máxima:	0,13 / 67,65	
APP	1.449,24	10,05
APP - Recomposição	26,40	0,18
Reserva Legal	2.411,20	16,72
Vegetação Nativa	2.179,49	15,11
Servidão Administrativa	123,18	0,85
Área Consolidada	10.828,34	75,07
Banhados	1	0,01
Número de Nascentes	296	0
Uso Restrito	1,81	0,01
Hidrografia	955,16	6,62
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	1.474,11	9,27

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que dos 1,459 mil imóveis rurais, 64% mantém APP, 18% declararam ter olho d'água, 85% tem reserva legal e 88% conta com vegetação nativa.

**Tabela 5.** Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA <sup>1</sup>	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA <sup>2</sup>	% IR com EA <sup>3</sup>	% IR sem EA <sup>4</sup>
APP	1.438	3.252	818	64	36
Área Consolidada	2.166	19.278	90	96	4
Banhado	20	2	2.236	1	99
Hidrografia	1.267	1.199	989	56	44
Nascente olho d'água	399	-	1.857	18	82
Reserva Legal	1.923	4.139	333	85	15
Servidão Administrativa	1.144	7.524	1.112	51	49
Uso Restrito	2	1	2.254	0	100
Vegetação Nativa	1.994	4.569	262	88	12
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - SÃO CARLOS					
Número Total de I.R.:	2.256	32.321,97			
Área Total do Município:		32.874,90			
% Área declarada/Área Município:		98,32			

<sup>1</sup> Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>2</sup> Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

<sup>3</sup> Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>4</sup> Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

### 3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

##### **Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL**

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.



**Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL**

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

**Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL**

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

### **Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL**

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do SC**. In: \_\_\_\_\_. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-SC/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (SC). Prefeitura. **Histórico do Município de São Carlos, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.SãoCarlos.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.